

CORREIO POLÍTICO



Carla Zambelli está presa em Roma desde julho

Moraes libera redes sociais da deputada Carla Zambelli

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes decidiu, nesta quinta-feira (25), determinar o desbloqueio das redes sociais da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP). A parlamentar está presa na Itália, onde aguarda o fim do processo de extradição solicitado pelo Brasil. Ao determinar o desbloqueio, Moraes entendeu que a medida não é mais

necessária porque o processo criminal contra a parlamentar já foi encerrado. Moraes também fixou multa diária de R\$ 20 mil em caso de reiteração na publicação de postagens com desinformação, discurso de ódio e contra a democracia. A liberação vale para as redes sociais da Meta, Telegram, X, LinkedIn, Tik Tok, Getter e YouTube.

Processo

Em juho, Zambelli foi presa na Itália, onde tentava escapar da prisão, a pedido do STF. Segundo investigações, ela foi a autora intelectual da invasão para emissão de um falso mandato de prisão contra Alexandre de Moraes. A execução do sistema foi hackeado por Walter Delgatti Neto.

Extradição

Após a fuga para a Itália, o governo brasileiro solicitou a extradição da deputada para o Brasil. O pedido de extradição foi oficializado em 11 de junho pelo STF. Em seguida, o pedido foi enviado pelo Itamaraty ao governo italiano. Na Câmara, Zambelli é alvo de cassação de mandato.



Resultado vem por PEC da Blindagem e obstruções

70% da população desaprova a Câmara, aponta Ipespe

Um levantamento da Pesquisa Pulso Brasil/Ipespe (Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas), apontou que 70% da população desaprova a atuação da Câmara dos Deputados. A pesquisa, em comparação à última edição divulgada em julho (63% de desaprovação), apresenta uma queda de sete pontos percentuais

(p.p.) na aprovação da Câmara. “Ao motim no plenário em agosto somou-se a PEC das Prerrogativas, produzindo um desgaste significativo na imagem da Câmara”, avaliou o o presidente do IPESPE, cientista político e sociólogo Antônio Lavarreda, ao citar as possíveis motivações do aumento da desaprovação.

Metodologia

A pesquisa ouviu 2.500 pessoas com 16 anos ou mais, de todas as regiões do país. As respostas foram coletadas entre os dias 19 e 22 de setembro. Os entrevistados foram ouvidos por telefone, com aplicação de entrevistas por equipes de pesquisadores; e método online.

Governo

Já a avaliação da gestão Lula 3 foi a que teve um melhor resultado. O levantamento apontou que 50% dos entrevistados aprovam o governo federal e 48% desaprovam. Em comparação à última pesquisa em julho (43%), a aprovação representa um aumento de 7 pontos.

Senado

Do outro lado do Congresso Nacional, a imagem dos entrevistados sobre o Senado Federal oscilou positivamente, ainda que discretamente. Apesar do nível de desaprovação (59%) continua superior ao nível de aprovação (26%), a avaliação cresceu 1 p.p. e caiu 2 pontos.

STF

E o Supremo Tribunal Federal também teve um aumento de aprovação. A grande exposição do Tribunal no julgamento da ‘trama golpista’ levou ao aumento de três pontos na aprovação (de 43% para 46%) e subtraiu cinco pontos na desaprovação (de 49% para 44%).

CPMI: ‘Careca do INSS’ nega envolvimento nos desvios

Ele alegou que seu aumento de patrimônio veio pelo trabalho

Waldemir Barreto/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os descontos ilegais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), senador Carlos Viana (Podemos-MG), confirmou que na próxima segunda-feira (29), os membros da comissão ouvirão o presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer) e o empresário Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti. A declaração foi dada nesta quinta-feira (25), após uma longa e polêmica sessão em que a CPMI ouviu o lobista Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o “careca do INSS” – um dos principais nomes apontados pela Polícia Federal (PF) como um dos principais envolvidos nos esquemas de desvios ilegais.

Depoimento

Após conseguir um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal (STF), o “careca” desistiu de última hora de prestar depoimento no dia 15. Contudo, ele voltou atrás e compareceu na oitiva de quinta-feira após negociar com os membros da CPMI, especialmente após a ameaça da comissão em convocar a esposa dele, Tania Carvalho dos Santos, para depor no lugar dele.

Em seu depoimento, ele negou envolvimento no esquema de descontos indevidos de beneficiários do INSS e alegou que os responsáveis pelos desvios financeiros são as associações. Ele ainda reiterou que o



Antonio Carlos Antunes diz que “careca do INSS” é um personagem criado

“careca do INSS” não passa de um personagem que foi criado para acusá-lo indevidamente.

“A minha empresa sempre prestou serviços a associações, tendo como destinatários final o aposentado associado, mas sem qualquer ingerência ou responsabilidade sobre os descontos incidentes em seus benefícios previdenciários, que eram realizados diretamente pelas associações. Assim, caso algum aposentado tenha sofrido descontos indevidos, a responsabilidade a ser apurada recai sobre as associações que, eventualmente, promoveram a inclusão destas pessoas em seus quadros associativos, sem a devida anuência. Jamais sobre a minha empresa, que se limitava à prestação de serviços contratados pelas entidades”, declarou o depoente.

Ele admite que possam ter ocorrido “falhas” no sistema por

que o INSS apresenta fragilidades de fiscalização e citou notícias sobre vazamento de cadastros e senhas. Porém, ele comentou que achou muito altas as estimativas que apontam descontos indevidos de mais de 90% do total.

Ele ainda se defendeu argumentando que nunca manipulou os sistemas de dados do INSS nem “recrutou” aposentados e pensionistas para que se associassem às entidades, que eram autorizadas pelo INSS a oferecer a possibilidade de cobrança das mensalidades associativas diretamente dos benefícios previdenciários.

Recusa

Todavia, Antonio Carlos Antunes se recusou a responder as perguntas do relator da comissão, deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), devido a declarações do parlamentar

em sessões anteriores da CPMI. “Segundo meus advogados, Sua Excelência disse que sou ladrão do dinheiro de aposentados, sem me dar a chance de defesa. O relator já me julgou e condenou sem sequer me ouvir. Tal conduta revela a quebra da imparcialidade que se espera de um agente público responsável pela apuração de eventual infração penal”, justificou-se Antunes.

Apesar da recusa, o relator questionou o aumento patrimonial do empresário, que cresceu R\$ 14 milhões em menos de três meses em 2024. Apesar de não ter respondido diretamente Gaspar, ao longo da sessão, Antunes disse que o crescimento de seu patrimônio é resultado de trabalho. Ele confirmou que tem 22 empresas em diversas áreas, e negócios nos Estados Unidos, na Colômbia e em Portugal.

Barroso se despede da presidência do Supremo

Luiz Silveira/STF

Por Karoline Cavalcante

Após dois anos à frente da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Luís Roberto Barroso encerra seu mandato e se prepara para passar a presidência ao ministro Edson Fachin, que assume o cargo oficialmente na próxima segunda-feira (29), conforme prevê o critério de antiguidade do tribunal. Em sessão realizada nesta quinta-feira (25), Barroso apresentou o relatório de sua gestão à frente da liderança da Corte e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na ocasião, afirmou que nos últimos dois anos, o STF cumpriu bem o seu papel de preservar o Estado de Direito “apesar do seu custo pessoal” ao decidir as questões mais divisivas da sociedade brasileira.

O magistrado salientou que devido ao modelo da Constituição de 1988, a sociedade brasileira vive 37 anos de democracia e estabilidade institucional. “Nesse período não houve desaparecidos, ninguém foi torturado, aposentado compulsoriamente e todos os meios de comunicação se manifestam livremente”, declarou. Para ele, a pacificação é necessária, mas isso não significa implementá-la por um único ponto de vista. “Tem a ver só com civilidade, a ver com a capacidade de respeitar o outro na sua diferença, e compreender que quem pensa diferente de mim não é meu inimigo, é meu parceiro na construção de uma sociedade aberta e plural”, explicou Barroso.



Ministro exaltou a Constituição de 1988 para a democracia

Homenagens

Emocionado, o decano do STF, ministro Gilmar Mendes, representou os colegas de Corte com um firme discurso de homenagem de despedida ao ministro presidente. Ao iniciar, citou que houve o alívio que a democracia tinha vencido após a travessia de um período “turbulento e sombrio”, cuja “culminância foi o infame episódio do 8 de janeiro de 2023” — quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília — mas, em seguida, surgiu “a enxurrada”.

“A Presidência de Vossa Excelência entra para a história como a primeira vez em que um ex-Chefe de Estado, ao lado de militares de alta patente, é

condenado por golpe ou tentativa de golpe de Estado no Brasil”, completou Mendes. A fala vai ao encontro do julgamento da Ação Penal 2668, que até o momento já condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais sete integrantes do alto escalão do governo anterior por articular uma tentativa de golpe de Estado.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o advogado-geral da União, Jorge Messias, também enalteceram a atuação de Barroso frente às tentativas de intimidação internas e externas. Somente quatro integrantes da Corte não participaram da sessão: os ministros Luiz Fux, André Mendonça, Nunes Marques e Dias Toffoli. Com o fim do mandato de

Barroso, o comando passará a Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que tomarão posse nos cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente.

Fachin

Em entrevista ao Correio da Manhã, o advogado criminalista e sócio fundador da Drummond e Nogueira Advocacia Penal, João Pedro Drummond, explicou que a presidência do STF é definida por um sistema de rodízio, em que o ministro mais antigo, que ainda não ocupou o cargo, assume a função. O mandato é de dois anos, sem possibilidade de recondução. O cargo fica com a responsabilidade de definir a pauta de julgamentos do Plenário, sendo fundamental seu papel na negociação entre os demais integrantes. “Enquanto um presidente com estilo mais dialogado tende a construir consensos, um perfil mais assertivo pode usar essa prerrogativa para acelerar temas que considera prioritários”, explicou.

“A condução de Fachin na Corte deve refletir sua formação: técnica, aprofundada e voltada para a construção de uma jurisprudência coerente. É provável que sua presidência busque resgatar um debate mais jurídico e menos político, valorizando as decisões colegiadas em detrimento de manifestações monocráticas”, iniciou. “No entanto, ele não fugirá de temas polêmicos, como o impacto da ‘uberização’ no mercado de trabalho ou questões envolvendo direitos fundamentais”, finalizou o advogado à reportagem.